



Senado cria instituição para fiscalizar contas do governo

Projeto sobre novo órgão foi aprovado na quarta-feira e será promulgado. Objetivo é analisar qualidade da política fiscal e programas do Executivo

A criação da Instituição Fiscal Independente foi proposta pela Comissão Diretora do Senado para aprimorar os mecanismos de controle sobre as ações do governo e do setor público em geral, em favor da estabilidade e do crescimento econômico com justiça social. O órgão será gerido por um conselho de três membros,

que deverão ser brasileiros de reputação ilibada e com notório saber na área. Não caberá à instituição regulamentar a política fiscal nem julgar as contas do governo, mas assessorar os parlamentares na análise desses temas. Parla-mentos de outros países, como o dos EUA, dispõem de órgãos similares. **8**



Só a equipe do Alô Senado respondeu a mais de 40 mil solicitações vindas de todo o país

Canais da Ouvidoria encaminharam mais de 60 mil demandas de cidadãos em 2015

Dúvidas sobre projetos de lei e sobre o trabalho dos senadores, além de críticas, elogios e sugestões, estão entre os tipos de contato feitos pelos cidadãos com o Senado por meio da Ouvidoria. Órgão visa facilitar o acesso de qualquer pessoa às informações da Casa, centralizando os canais de comunicação e garantindo velocidade nas respostas. **2**

Escolhido novo embaixador do Brasil na Costa Rica **8**

Presidente da Petrobras deve justificar prejuízos **4**

Comissão pode pedir que ministro se explique **5**

Indicações para diretoria da Anac vão para Plenário **8**

Avança seguro a agricultores prejudicados pela seca

A Comissão Mista de Orçamento acolheu uma medida provisória que beneficia agricultores familiares nordestinos prejudicados no período 2014-2015. O texto vai para a Câmara e o Senado. **6**



Para senadores, Itamaraty tem de esclarecer alerta sobre golpe

O envio de mensagens a todas as embaixadas e representações do país no exterior, orientando que os diplomatas dialogassem com organizações sociais de cada país para alertar sobre um suposto golpe em curso

no Brasil, gerou intensos debates em Plenário na quarta-feira. Vários senadores exigiram do ministério que desse esclarecimentos sobre a iniciativa, que foi abortada no mesmo dia do envio das mensagens. **4**

No Plenário, Lindbergh Farias rebate as críticas e defende a iniciativa do Ministério das Relações Exteriores afirmando que golpe precisa ser evitado

Câmeras de alta resolução dão qualidade à TV Senado

Sessões plenárias agora são transmitidas com uso de novas câmeras digitais. A atualização tecnológica chegará também à transmissão das reuniões das comissões.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, frisou que a modernização da TV, que inclui ainda outras melhorias, está sendo feita sem gasto de recursos da União. **2**

Aquisição das novas câmeras e de outros equipamentos foi feita com recursos da venda da folha de pagamento dos servidores



Casa decide extinguir 100 cargos efetivos

Na quarta, foi aprovada a extinção de 100 cargos efetivos do Senado. Os postos estão vagos por causa de aposentadorias. Segundo Renan Calheiros, redução não prejudica a Casa. **3**

Órgão do Senado busca facilitar acesso do cidadão a informações. Por vários canais de comunicação, é possível obter dados sobre atuação parlamentar e fazer sugestões ou reclamações, por exemplo

Em 1 ano, Ouvidoria da Casa respondeu 61,3 mil demandas



A OUVIDORIA DO Senado respondeu 61,3 mil manifestações de cidadãos de todo o país entre 1º dezembro de 2014 e 15 de dezembro de 2015. Em geral, foram pedidos de informações sobre projetos de lei e atuação parlamentar, além de críticas e sugestões.

Criada em 2011, a Ouvidoria objetiva facilitar o acesso de qualquer pessoa a informações da Casa, aperfeiçoar o atendimento ao cidadão e garantir rapidez nas respostas.

De acordo com a ouvidora-geral, senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), a eficiência de uma ouvidoria é medida por números e, principalmente, pela capacidade de extinguir os obstáculos que são colocados entre o órgão e a sociedade.

— Nosso papel não é apenas o de coletar questionamentos. Se o conteúdo que nos chega não for considerado e não for usado com eficiência, não estaremos cumprindo nosso papel diante da população — ressalta Lúcia Vânia.

Do total de demandas registradas, 41 mil foram respondidas diretamente pelo Alô Senado (serviço 0800, que permite ligações gratuitas de qualquer parte do país). Outros 20,3 mil questionamentos foram solucionados após consulta a outras áreas do Senado. Esses números, assim como outros dados, estão na 6ª edição do *Boletim da Ouvidoria*, que traz a prestação de contas do trabalho feito no período.



Com serviço 0800, o Alô Senado recebe ligações gratuitas de todo o país

A coordenadora de Relacionamento com o Cidadão da Ouvidoria do Senado, Regina Fontes, explica que o serviço passou por completo processo de reestruturação nos últimos anos. Entre as mudanças, diz, está a unificação dos canais de comunicação disponíveis ao cidadão, que antes funcionavam de forma independente e sem conversar entre si.

Integração

No novo modelo, as mensagens recebidas têm um tratamento centralizado. A Ouvidoria recebe as demandas, filtra por tipo e área responsável e as encaminha para o órgão que deverá dar a resposta. Assim, todas as manifestações recebidas, seja pelo Alô Senado, pelos formulários do portal, por carta ou pelas urnas espalhadas nos corredores da Casa, são respondidas em até 30 dias.

— As demandas são diversificadas, mas o maior número está relacionado a atuação parlamentar, sugestões, reclamações e elogios. As respostas negadas são aquelas que não

possuem pertinência com o trabalho desenvolvido no Senado — afirma Regina Fontes.

Para o futuro, a meta da Ouvidoria é aperfeiçoar os serviços prestados e ampliar o acesso do cidadão ao Senado. Ainda neste ano, haverá a implantação do Sistema Integrado de Gestão, que integrará todos os canais de comunicação com o cidadão, segundo a coordenadora do órgão.

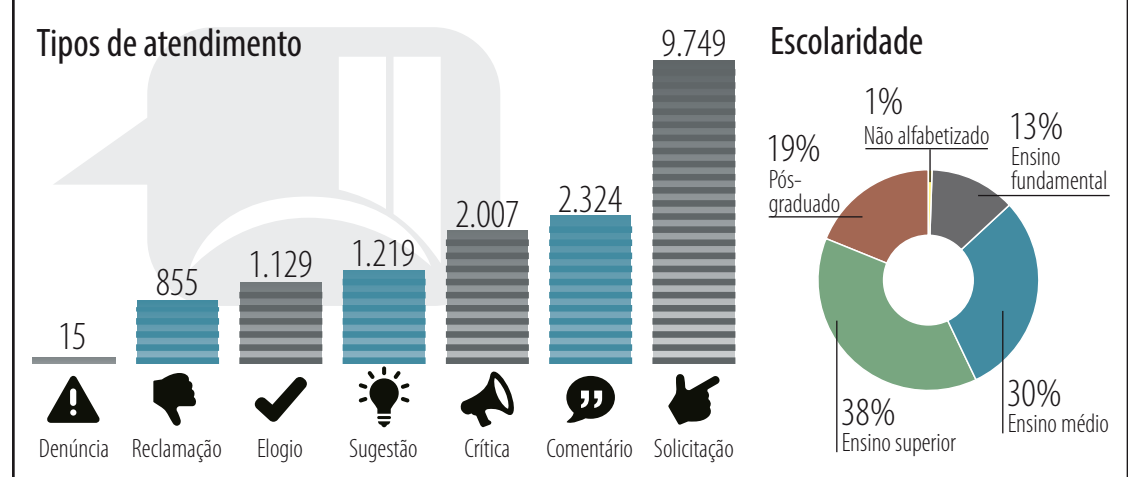
— Vamos ganhar em celeridade, atendimento e qualidade — ressalta, acrescentando que o projeto é uma iniciativa da Diretoria-Geral e da Secretaria-Geral da Mesa do Senado.

Leia o boletim da Ouvidoria: <http://bit.ly/boletimOuvidoria6>

Ouvidoria do Senado

- www.senado.gov.br/ouvidoria
- Alô Senado: 0800 612211
- **Endereço para carta:** Senado Federal – Anexo 2 – Térreo Sala da Ouvidoria 70165-900 Brasília – DF
- Formulários para falar com a Ouvidoria estão disponíveis nas urnas espalhadas em diversos pontos do Senado

Números de 12 meses



Comissão de Transparência avalia ciclo de debates

O presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG), senador Paulo Bauer (PSDB-SC), adiou para amanhã, às 14h30, a reunião que votaria um requerimento para a realização de um ciclo de audiências sobre

transparência pública. A iniciativa é do senador João Capiberibe (PSB-AP), que sugere a participação, nos debates, de representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, do Tribunal de Contas da União

e da Controladoria Geral da União, além da Associação Contas Abertas, da Ordem dos Advogados do Brasil e de representantes da imprensa. A reunião marcada para a sexta-feira da semana passada foi adiada por falta de quórum.

TV Senado ganha câmeras digitais de alta resolução

As sessões plenárias passaram a ser transmitidas pela TV Senado com uso de três novas câmeras digitais de alta resolução, informou o presidente da Casa, Renan Calheiros. A atualização tecnológica será estendida às gravações das reuniões das comissões, com sete novas câmeras também em HD, disse o presidente.

Renan afirmou que até o fim do ano a TV estará no mesmo patamar de atualidade tecnológica das melhores televisões brasileiras. Segundo ele, novos servidores e equipamentos

permitirão maior armazenamento de conteúdo. Ilhas de pós-produção e de jornalismo e estações de videografismo garantirão um salto na qualidade gráfica, avaliou.

— Passamos de uma média de investimento anual no Senado de R\$ 20 milhões, nos últimos quatro anos, para uma média de R\$ 66 milhões. Isso sem gastar recursos da União.

Os recursos investidos na modernização da TV vieram da venda da folha de pagamento dos servidores, explicou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- | | |
|---|---|
| <p>SEGUNDA</p> <p>CDH Inclusão nos bancos
9h Audiência pública interativa discute resultado do processo de inclusão nos bancos.</p> <p>DESBUROCRATIZAÇÃO Reunião
14h A comissão de juristas discute o Estatuto Geral da Desburocratização e analisa alterações propostas no Código Tributário Nacional e na Lei de Execução Fiscal.</p> <p>PLENÁRIO Discursos
14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.</p> <p>TERÇA</p> <p>CCT Celso Pansera
8h45 Em audiência interativa, o ministro da Ciência e Tecnologia debate prioridades da pasta. Depois, análise de requerimento.</p> <p>CDH Embaixador da Suécia
9h A comissão recepciona o embaixador da Suécia no Brasil, Per-Arne Hjelmborn.</p> <p>CMA Cancelamento de serviços
9h30 Na pauta, entre outros, o PLC 131/2015, que inclui como direito do assinante a possibilidade de cancelar serviços de TV por assinatura pessoalmente ou pela internet.</p> <p>MP 701 Crédito à exportação
10h Audiência interativa sobre a MP, que trata do Seguro de Crédito à Exportação.</p> <p>SENADO DO FUTURO Requerimentos
10h30 A comissão analisa requerimentos.</p> <p>CE Alunos com deficiência
11h30 O PLS 45/2015, sobre a proibição da cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência, é um dos itens da pauta.</p> <p>MP 705 Educação infantil
14h30 Audiência pública interativa para debater a MP, que trata de apoio financeiro da União aos municípios e ao Distrito Federal para ampliar oferta da educação infantil.</p> <p>TRANSPARÊNCIA Combate à corrupção
14h30 Análise de requerimento para ciclo de debates sobre combate à corrupção.</p> | <p>QUARTA</p> <p>PARLASUL Tarifa aeroportuária
14h30 A representação brasileira no Parlamento do Mercosul analisa o PL 3046/2011, sobre isenção de tarifa aeroportuária.</p> <p>CONGRESSO Vetos presidenciais
19h Sessão conjunta do Congresso para votação dos vetos 53 a 64/2015 e 1 a 4/2016.</p> <p>CI BR-319
8h30 Audiência interativa sobre reconstrução da BR-319, trecho Porto Velho—Mauas. Logo depois, análise de requerimentos.</p> <p>CDR Zona Franca Verde
9h Audiência pública debate a implementação da Zona Franca Verde.</p> <p>MP 708 Rodovias
10h Audiência para instruir a MP, que autoriza a União a reincorporar trechos de rodovias federais transferidos aos estados.</p> <p>CE Políticas sobre drogas
10h Audiência pública interativa para debater o PLC 37/2013, que trata do financiamento das políticas sobre drogas.</p> <p>MP 712 Aedes aegypti
14h A MP, que define medidas de vigilância em saúde relacionadas ao mosquito, é tema de audiência pública.</p> <p>MP 713 Remessas ao exterior
14h30 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão responsável pela MP, que reduz o Imposto de Renda retido na fonte sobre remessas ao exterior.</p> <p>MP 714 Capital estrangeiro
14h40 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão da MP, que permite maior participação do capital estrangeiro nas empresas aéreas com dificuldades financeiras.</p> <p>CE Políticas sobre drogas 2
10h Segunda audiência sobre o PLC 37/2013, que trata do financiamento das políticas sobre drogas.</p> |
|---|---|

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

- Alô Senado: 0800 612211
- **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado extingue 100 cargos vagos

Senadores também aprovaram a redução da carga horária para as servidoras que estiverem amamentando. A medida vale até o bebê completar um ano e três meses

A MESA DO Senado decidiu na quarta-feira extinguir 100 cargos efetivos. O presidente da Casa, Renan Calheiros, informou que esses postos estão vagos em decorrência de aposentadorias e não serão mais preenchidos, pois não há mais necessidade (*veja quadro abaixo*).

Também foi reduzida para seis horas diárias a carga de trabalho das funcionárias do Senado que estão amamentando. Essa redução valerá até o 15º mês do bebê ou até o fim da amamentação, o que vier antes.

— É uma conquista das servidoras do Senado. Aprovamos também outra matéria importante para as mulheres, o Observatório da Violência Contra a Mulher. Quando nós a votamos, há dez anos, a Lei Maria da Penha exigia um observatório para disponibilizar informações com relação à violência contra a mulher — recordou o presidente.



Senadores Ângela Portela, João Alberto Souza, Renan Calheiros (C), Jorge Viana e Vicentinho Alves: Mesa avalia que cargos não são mais necessários

Painel

Outra medida tomada pela Mesa foi a regulamentação da exibição do conteúdo multimídia nos painéis eletrônicos do Plenário do Senado. O presidente Renan Calheiros esclareceu que esse serviço vai enriquecer os pronunciamentos e discussões nas

sessões especiais.

Também foi aprovado na reunião o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 12/2015, do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), que estabelece o número de requerimentos de destaques que podem ser apresentados pelas bancadas partidárias (*leia mais na reportagem abaixo*).

Redução de cargos

- Analista legislativo, especialidade Processo Legislativo: 50 vagas
- Técnico legislativo, especialidade Administração: 25 vagas
- Técnico legislativo, especialidade Informática Legislativa: 3 vagas
- Técnico legislativo, especialidade Processo Industrial Gráfico: 17 vagas
- Consultor legislativo, especialidade Assessoramento Legislativo: 5 vagas

Alteração no Regimento Interno fixa número de destaques por bancada

O Plenário aprovou na quarta-feira o Projeto de Resolução (PRS) 12/2015, que altera o Regimento Interno do Senado com o objetivo de estipular o número de requerimentos de destaque que podem ser apresentados pelas bancadas partidárias independentemente de aprovação pelo Plenário.

Requerimentos de destaque são apresentados para votação de emendas com mudanças a projetos em votação. A proposta segue para promulgação.

O substitutivo aprovado, de Jorge Viana (PT-AC), determina que os partidos com 3 a 8 senadores poderão apresentar 1 destaque; os com 9 a 14 senadores, 2 destaques; e as legendas com mais de 14 parlamentares, 3 destaques. Viana explicou que o projeto

assegura às minorias que as propostas serão analisadas pelo Plenário, de forma proporcional às bancadas.

Para Ronaldo Caiado, autor do projeto, possibilitar a existência de destaques de bancada é uma forma de garantir que a posição dos partidos seja devidamente manifestada, sem subtrair a competência do Plenário de julgar o mérito do destaque a ser analisado. Ele disse que a mudança vai tornar mais flexível o debate, facilitando o aperfeiçoamento de projetos e ampliando a discussão.

O presidente Renan Calheiros destacou que a alteração democratiza o processo legislativo. Já Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que a iniciativa representa importante aperfeiçoamento do Regimento Interno do Senado.

Plenário precisa votar MPs para destrancar pauta

Nesta semana, os senadores devem votar as duas medidas provisórias que trancam a pauta do Plenário. Também podem ser votados projetos que tratam de microempreendedorismo e da redução da máquina pública.

O primeiro item da pauta é o PLV 3/2016, originado da MP 698/2015, que assegura que o Tesouro Nacional compensará o FGTS caso os beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida não quitem as prestações dos imóveis construídos com recursos do fundo.

Em seguida, será votado o PLV 5/2016, derivado da MP 709/2015, que disponibilizou R\$ 1,32 bilhão para os Ministérios da Saúde, da Agricultura, da Defesa, da Integração Nacional, da Cultura, do Turismo e do Esporte e para as Secretarias de Aviação Civil e de Portos, além de transferências a estados e municípios.

O dinheiro é para combate ao mosquito *Aedes aegypti*, fomento agropecuário, Programa Farmácia Popular e transposição do Rio São Francisco. As transferências para estados e municípios destinam-se a recomposição de pagamentos referentes à Lei Kandir, que regulamentou a cobrança de ICMS.

Também está na pauta o PLC 167/2015 — Complementar, do deputado Mauro Mariani (PMDB-SC), que permite ao microempreendedor individual usar a própria residência



Proposta de Aécio Neves reduz cargos comissionados na administração pública

como sede de seu negócio, quando não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade. Na justificativa da proposta, o autor argumenta que alguns empreendedores poderiam exercer a sua atividade em casa, mas estão impedidos por leis que não permitem que o endereço do empreendimento coincida com o residencial.

Máquina pública

Os senadores podem votar ainda a PEC 110/2015, que restringe a quantidade de cargos em comissão em todas as esferas da administração pública. De Aécio Neves (PSDB-MG), a proposta tem objetivo de reduzir a máquina pública e torná-la mais eficiente e qualificada tecnicamente, estabelecendo o critério da meritocracia e a realização de concurso público para

preenchimento de parte dos cargos comissionados.

De acordo com a PEC, o número de cargos em comissão não poderá superar, em cada órgão, 10% do número de cargos efetivos no caso da União, dos estados e do Distrito Federal. Já no caso dos municípios, o percentual máximo é de 15%. Na conta não entram cargos de assessoramento direto a governantes, ministros, secretários de estado e município, dirigentes de autarquias e fundações.

O texto também prevê critérios para pagamento do adicional ou prêmio de produtividade já previsto na Constituição. O pagamento deve se basear no resultado das avaliações de desempenho do servidor e ter periodicidade mensal, em valor variável. Os valores não poderão ser pagos a servidores não efetivos.

Renan anuncia para amanhã sessão do Congresso para análise de vetos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que fará sessão do Congresso Nacional amanhã para deliberar sobre os vetos presidenciais que completaram 30 dias.

Desde julho, após nova regra aprovada pelo Congresso Nacional, os parlamentares têm até 30 dias

para analisar os vetos presidenciais. Do contrário, os vetos não apreciados trancam a pauta do Congresso até que sejam analisados.

Estão na pauta, entre outros, dispositivos vetados na chamada Lei da Repatriação, que permite a regularização de recursos enviados ao exterior.

Alerta de golpe enviado pelo Itamaraty gera controvérsia

Diretor de departamento do ministério pediu a todas as embaixadas e representações que procurassem organizações sociais dos respectivos países para alertar sobre um suposto golpe em curso no Brasil

TELEGRAMAS ENVIADOS NO último dia 18 por um diplomata do Ministério das Relações Exteriores a todas as embaixadas e representações no exterior alertando para o risco de um suposto golpe político acontecendo no Brasil foram tema de intenso debate no início da sessão de quarta-feira do Plenário.

As mensagens pediam que cada posto designasse um diplomata para dialogar com as organizações da sociedade civil locais sobre o assunto. A ordem acabou abortada no mesmo dia por determinação da Secretaria-Geral do Itamaraty, mas as mensagens já haviam chegado a postos diplomáticos em todo o mundo, informou o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Ferraço anunciou a apresentação de requerimento para que o chanceler Mauro Vieira compareça à Comissão de Relações Exteriores do Senado para dar explicações. A circular teria sido encaminhada pelo ministro Milton Rondó Filho,

responsável pela área de combate à fome do Itamaraty.

— A ideia era espalhar pelo mundo que há um golpe em curso aqui no Brasil e que os governos e a sociedade civil do mundo inteiro se solidarizassem com o PT. Isso parece patético, mas merece uma explicação formal por parte do Itamaraty. A democracia brasileira vai muito bem, as instituições estão funcionando, cumprindo com suas responsabilidades, inclusive o Congresso brasileiro — criticou o senador pelo Espírito Santo.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) anunciou a apresentação de pedido de informações a ser encaminhado ao Itamaraty sobre o departamento de Combate à Fome. O requerimento será analisado pela Mesa Diretora.

— Não sabíamos que existia, quais são as suas atribuições, quem é o seu diretor, qual é o seu orçamento, quais são as suas atividades. É um departamento praticamente secreto,

para mim verdadeiramente absurdo, dentro do Itamaraty, do qual acabamos de descobrir a existência, e que, ao invés de combater a fome, parece-nos, está fazendo um papel de pregação ideológica — afirmou.

O senador Jorge Viana (PT-AC) sustentou que o secretário-geral do Itamaraty, Sérgio Danese, já explicara que os telegramas não correspondem à posição oficial do Ministério.

— O secretário-geral, tão logo tomou conhecimento do fato, mandou outro telegrama circular para todas as embaixadas falando que não tinha nenhuma posição oficial do Itamaraty nesse sentido — registrou.

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que está um curso uma campanha internacional contra o golpe.

— O que vai começar é uma campanha em todo o mundo para denunciar esse golpe. O impeachment sem base jurídica, sem crime de responsabilidade é golpe.

Presidente da Petrobras será convidado a explicar prejuízos

O presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, será convidado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) a explicar o prejuízo de R\$ 34,8 bilhões da empresa em 2015. Trata-se do pior resultado anual registrado pela companhia, superando as perdas de R\$ 21,5 bilhões de 2014. A data para a audiência ainda será definida.

Também serão convidados o diretor de Governança, Risco e Conformidade da empresa, João Elek Junior, e o diretor da Área Financeira e de Relacionamento com Investidores, Ivan Monteiro. Eles deverão elucidar denúncias envolvendo a gestão de recursos humanos da estatal, que pode ter trazido perdas bilionárias.

O pedido para o convite a Bendine foi apresentado pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que citou reportagem do jornal *Valor Econômico*.

“Os autores da denúncia, que se mantêm no anonimato por medo de represálias, apontam 11 medidas danosas e calculam que apenas duas políticas de remuneração podem ter trazido perdas à estatal da ordem de R\$ 40 bilhões. O número é controverso e pode não ser tão elevado. Mas a base da acusação é o fato de os antigos gestores da empresa terem elevado as contingências trabalhistas em 2.300%, entre 2006 e dezembro de 2014”, explicou o senador no requerimento.



Ferraço (ao lado de Waldemir Moka) é o autor do pedido para ouvir Bendine

Paulo Rocha celebra apoio internacional a Dilma e Lula

Paulo Rocha (PT-PA) afirmou que a crise política que atinge o país já tem ampla repercussão internacional e comemorou o apoio de autoridades estrangeiras à presidente Dilma Rousseff.

Ele citou Luiz Almagro, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), e a chanceler argentina, Susana Malcorra, que lembrou a possibilidade de o Mercosul suspender o Brasil em caso de ruptura da ordem legal no país.

— Deve-se recordar que o Paraguai, após promover o golpe de estado contra o presidente Lugo, em 2012, foi suspenso por unanimidade, tanto do Mercosul quanto da Unasul. No caso do golpe contra Zelaya, em Honduras, no ano de 2009, esse país foi suspenso da OEA também pela unanimidade dos países votantes — afirmou.



Marcos Matiz/Agência Senado

José Medeiros: impeachment é instrumento legal, não “golpe”

A afirmação de integrantes da base do governo de que os parlamentares favoráveis ao impeachment da presidente da República são adeptos de um golpe de Estado foi contestada em Plenário na última quarta-feira pelo senador José Medeiros (PPS-MT).

— A oposição não pode deixar sem resposta a afirmação constante de representantes do governo de que impeachment é golpe. É um instrumento legal usado para se afastar um presidente da República quando houver motivos para isso — afirmou.

José Medeiros ressaltou a constitucionalidade do processo de impeachment:

— Essa discussão deve ser feita com a maior honestidade intelectual possível, porque o o que tem sido falado aqui são falácias o tempo inteiro.



Marcos Matiz/Agência Senado

Vanessa se diz preocupada com politização do Judiciário

Após reiterar a motivação política da divulgação de conversa telefônica entre Lula e a presidente Dilma Rousseff, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) informou que um grupo de senadores protocolou na quarta-feira no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uma reclamação disciplinar contra o juiz Sérgio Moro.

— Nossa preocupação é com a politização que vem ocorrendo dentro do Judiciário, que vem tomando conta do procedimento de alguns juízes — afirmou.

Vanessa afirmou que os senadores querem providências do CNJ sobre a atuação do juiz de primeira instância responsável pela Operação Lava-Jato.

— O CNJ foi criado exatamente para verificar as ações de membros do Poder Judiciário, ou seja, da magistratura — argumentou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Fátima, Lava-Jato precisa agir dentro da legalidade

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou em Plenário que o PT defende as investigações da Operação Lava-Jato, desde que feitas dentro da legalidade. A seu ver, em alguns momentos, a operação foi seletiva e partidária.

A senadora elogiou a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki de determinar ao juiz Sérgio Moro que envie à Suprema Corte as investigações envolvendo o ex-presidente Lula.

— É uma decisão à altura do que a nação brasileira espera da consciência cívica da Suprema Corte — afirmou.

Embora criticada por senadores da oposição, Fátima enfatizou que a tentativa de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff é uma tentativa de golpe, porque não haveria crime de responsabilidade na conduta da presidente.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Projeto acaba com vazamento seletivo de processos judiciais

Projeto que visa o fim da seletividade de vazamentos para a imprensa das delações e processos judiciais está sob análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Com esse objetivo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 123/2016, da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), retira o sigilo de Justiça de processos que forem divulgados indevidamente.

Segundo a senadora, a proposta modifica tanto o Código de Processo Penal quanto a Lei 12.850/2003 para

proteger os indivíduos contra os danos que a exposição dos fatos contidos no processo causariam ou mesmo para evitar abalos desnecessários à paz social.

A fim de justificar a proposta, Gleisi lembra que muitos processos e delações têm sido publicados parcialmente nos meios de comunicação. Ela afirma, também, que esse tipo de divulgação, indevida e que desrespeita a Constituição, pode trazer prejuízos

“irreparáveis às pessoas que tiveram nomes vazados”. A senadora justifica que, após o vazamento seletivo do conteúdo do processo, não há mais razão de haver sigilo.

— Pior ainda no caso de terceiros, que não possuem, em hipótese alguma, acesso aos autos, e assim devem conviver com a perpetuação do sigilo e das consequências que isso pode lhes causar — alerta.

O projeto também impõe um trata-

mento mais cauteloso das ações por parte da polícia, do Ministério Público e do Poder Judiciário. A intenção da senadora é obrigar as entidades a agir de forma mais responsável no tratamento das peças dos processos para evitar os vazamentos.

A proposta está em fase de recebimento de emendas na comissão, onde será analisada em decisão terminativa. Ainda não foi designado relator para o projeto.

Ministro pode ter de falar sobre ameaça a policiais

Novo titular da Justiça disse que afastaria agentes da PF que vazassem informações sobre investigações. Comissão do Senado decidirá se convoca Eugênio Aragão para prestar esclarecimento sobre declaração

O MINISTRO DA Justiça, Eugênio Aragão, poderá explicar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sua declaração ao jornal *Folha de S.Paulo* de que afastará a equipe da Polícia Federal de investigações em caso de “cheiro de vazamento” de informações.

Na presidência da reunião da CCJ da quarta-feira passada, o senador José Pimentel (PT-CE) leu requerimentos dos senadores Alvaro Dias

(PV-PR) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES) convidando o ministro para comparecer à comissão.

Os requerimentos deverão ser votados na reunião desta quarta-feira.

O senador Jorge Viana (PT-AC) concordou com o convite ao ministro e prometeu negociar com ele o comparecimento na CCJ no início de abril, mas discordou das críticas de Ferraço a Aragão.

A senadora Vanessa Gra-

zziotin (PCdoB-AM) lamentou que o convite tome como base as declarações, quando, em sua avaliação, deveriam ser abordados os “grandes temas” relativos ao ministério.

Ferraço observou que o fato de a Polícia Federal encontrar-se sob supervisão do ministro da Justiça não lhe faculta “aplicar qualquer tipo de torniquete” aos membros da instituição.

O senador lembrou que a ministra do Superior Tribu-



José Cruz/Agência Brasil — 17/3/2016

O ministro Aragão, que substituiu José Eduardo Cardozo na pasta da Justiça

nal de Justiça (STJ) Assusete Magalhães determinou na terça-feira a notificação de Aragão para prestar informações acerca do mandado de segurança impetrado pelo PPS no prazo de 72 horas.

Por isso, na avaliação de

Ferraço, o requerimento precisava ser votado imediatamente, diante da rápida evolução dos fatos. Para o senador, o Senado cometeria uma “omissão grave” se não discutisse o assunto com o ministro.

Números da economia são positivos, diz Gleisi

Ao mencionar a audiência com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, na Comissão de Assuntos



Moreira Matiz/Agência Senado

Econômicos, Gleisi Hoffmann (PT-PR) chamou atenção para o anúncio de indicadores positivos da economia brasileira.

A senadora disse que, segundo Tombini, o país tem conseguido enfrentar a crise internacional reduzindo o déficit no balanço de pagamentos e com elevação de investimentos estrangeiros diretos. Gleisi também comemorou a expectativa do Banco Central de que a taxa de câmbio se mantenha estável e os índices de inflação caiam.

Ela disse que os números positivos da economia contrastam com a “negatividade” dos analistas dos jornais.

Na visão de Rose, governo não tem pauta de reformas

Rose de Freitas (PMDB-ES) cobrou ações urgentes do governo no combate à crise econômica.



Moreira Matiz/Agência Senado

A senadora afirmou que o país vive em “plena recessão”, com aumento do desemprego, alta de juros e inflação. E destacou as manifestações populares exigindo que o país passe por reformas, que, em sua opinião, parecem não constar da pauta do governo.

— A falta de coordenação e credibilidade da gestão do Executivo junto aos agentes públicos são fatores que devemos superar para manter o comprometimento já feito, renovado pelas nossas esperanças e iniciativas com Agenda Brasil, pacto nacional, renegociação, troca de ministro.

Instituições estão funcionando, avalia Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou na quarta-feira, após um debate no Plenário entre governistas e oposição sobre a crise política, ser evidente que as instituições no Brasil estão “verdadeiramente funcionando”. Além disso, lembrou que o Conselho Nacional de Justiça foi criado para tomar providências diante de qualquer excesso do Poder Judiciário.

— O país está aguardando as providências do Conselho Nacional de Justiça com relação a eventuais excessos que possam ter havido no Judiciário, se é que houve excessos. Mas, essa palavra caberá ao Conselho Nacional de Justiça, e não ao Senado Federal — disse.

Brasil avançou com Lula e Dilma, afirma Telmário

Telmário Mota (PDT-RR) disse que são inegáveis os avanços sociais desde que o Brasil passou a ter governos socialistas, como o do ex-presidente Lula e o da presidente Dilma Rousseff.

Ele citou como exemplos leis como a que estendeu aos empregados domésticos todos os direitos trabalhistas e o Estatuto da Igualdade Racial, que ele classifica como “um ganho inegável de uma nação mais justa e solidária”, além de programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida, o Mais Médicos, o Farmácia Popular, o Bolsa Família e os que dão acesso às universidades.

— O Brasil não quer criar um custo social inconveniente. Deseja sair dos muros estreitos da crise com trabalho, sem negligenciar as necessidades do povo, sem reduzir ganhos sociais.

Para Simone, PMDB hoje pouco participa de lutas

Ao lembrar o passado do PMDB, que na semana passada completou 50 anos, Simone Tebet (PMDB-MS) destacou a atuação do partido na ditadura militar, quando se chamava MDB. Mas as glórias do passado, para ela, não se manifestam no PMDB de hoje, cujos integrantes pouco participam de lutas.



Jefferson Ruy/Agência Senado

— Lamento pelo que não somos. Em vez de parabenizar o meu partido, de usar o verbo no presente, uso o verbo no pretérito. Ainda bem que no pretérito perfeito, porque foi perfeita a história do PMDB. Hoje eu gostaria de estar dizendo: nós somos, lutamos, fazemos, defendemos o povo e o Brasil. Mas, infelizmente, não posso fazer esse discurso.

Conselho de Ética reconvoça Delcídio e chama filho de Cerveró

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decidiu reconvocar o senador Delcídio do Amaral (PT-MS). Ele apresentou um atestado médico para justificar a ausência ao depoimento marcado para a quarta-feira passada. A nova tentativa de ouvir o senador está prevista para 7 de abril.

Os senadores aprovaram também a convocação do filho do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, Bernardo Cerveró, do advogado Edson Ribeiro e do ex-chefe de gabinete de Delcídio Diogo Ferreira. Eles deverão depor como testemunhas. Os depoimentos dos três foram marcados para amanhã, às 14h30.

O ator Bernardo Cerveró registrou em gravação uma conversa que teve com Delcídio do Amaral na qual o senador te-



Roque de Sá/Agência Senado

Telmário, relator do processo, e João Alberto, presidente do Conselho de Ética

ria oferecido dinheiro para que Nestor Cerveró não fechasse acordo de delação premiada. Também participaram dessa conversa Ribeiro e Ferreira.

Para tentar evitar outra ausência de Delcídio, o Conselho de Ética decidiu que poderá ouvi-lo por videoconferência

ou num lugar escolhido pelo senador. O relator, Telmário Mota (PDT-RR), explicou que o processo seguirá seu curso mesmo sem os depoimentos.

— Delcídio não é obrigado a vir, mas é bom que ele se defenda. Estamos dando todo o direito para ele se defender

— esclareceu Telmário.

O Conselho de Ética resolveu também juntar ao processo a delação premiada de Delcídio homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e também as entrevistas do senador a um telejornal e a uma revista.

Os senadores do Conselho de Ética reagiram ao pedido da defesa de adiamento do depoimento do senador. No requerimento, os advogados argumentaram que Delcídio está inabilitado para comparecer ao conselho por motivos de saúde. Pedem ainda que um novo depoimento seja marcado para o fim da licença médica de 15 dias, a contar da última quarta-feira.

— O atestado do médico foi do dia 18 e valerá a partir do dia 23. No dia 18, o Delcídio deu uma entrevista a um telejornal.

No dia 13, ele participou de um movimento em São Paulo. Dia 16, deu entrevista a uma revista. Parece que ele está doente para vir ao Conselho de Ética, mas está em plena saúde para outras atividades — criticou Telmário.

Lasier Martins (PDT-RS) afirmou que há uma intenção da defesa de atrasar o processo no conselho. Para Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a prudência é o melhor caminho neste momento:

— Temos dois objetivos muito nítidos nesta comissão. O primeiro é revelar a verdade plena de tudo que está sendo investigado, não permitindo procrastinações indevidas nem açodamentos desnecessários. O caminho da prudência é sempre a melhor trilha em instantes como este.

Proposta cria seguro para artesão afetado por desastre

Aprovado na quarta-feira, projeto garante um salário mínimo, por no máximo três meses, aos artesãos que forem impedidos de trabalhar por não conseguirem obter a matéria-prima que utilizam

A GARANTIA DE um salário mínimo para artesãos nos períodos em que suas atividades tiverem de ser interrompidas por circunstâncias especiais é prevista em projeto (PLS 153/2015) aprovado na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão final.

O benefício deve ser pago no caso de paralisação do trabalho por razões naturais (desastres) que dificultem ou impeçam a exploração da matéria-prima utilizada ou por conta de ato do poder público com vistas a proteger determinada espécie.

A proposta, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foi aprovada na forma de substitutivo de Dalírio Beber (PSDB-SC), que atuou como relator no lugar de Lídice da Mata (PSB-BA).

Pelo texto aprovado, o artesão só terá direito ao chamado

seguro-produção artesanal depois de contribuir por 36 meses à Previdência Social. O benefício será pago durante, no máximo, três meses.

No projeto original, Randolfe enquadra o artesão como segurado especial da Previdência, a exemplo dos pescadores artesanais e dos trabalhadores rurais. Assim, também deveria ter o seguro-desemprego, pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Beber observou, no relatório, que o enquadramento proposto não estava de acordo com a legislação previdenciária. Ele explicou que o seguro-desemprego não se coaduna com a atividade do artesanato, exercida em geral por conta própria, associada ou por cooperativa. O relator propôs então a alteração da Lei 13.180/2015, que trata da profissão de artesão, para criar o seguro-produção artesanal.



Em substitutivo, Dalírio Beber propôs a criação do seguro-produção artesanal

Projeto facilita emenda para hospital universitário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira projeto que promove ajustes na Lei Complementar 141/2012, que define os valores mínimos a serem aplicados em saúde por todas as esferas de governo. O objetivo é adequar essa norma às regras da Emenda Constitucional (EC) 86, que determina a execução obrigatória das emendas dos parlamentares ao Orçamento e obriga a União a gastar com saúde até 15% da receita corrente líquida, percentual a ser atingido em 2020.

Além das adaptações da lei à EC 86, o projeto (PLS 254/2015 — Complementar), de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), define que despesas de hospitais universitários (HUs) federais bancadas com dinheiro das emendas parlamentares serão computadas no cálculo dos gastos mínimos da União com

saúde. Assim, será aberto caminho para que os HUs sejam atendidos com recursos da cota de emendas parlamentares obrigatoriamente destinadas a ações de saúde.

Pelo texto da lei, ainda desatualizado, apenas despesas bancadas pelos fundos de saúde entram no cômputo do percentual mínimo que deve ser aplicado pela União em saúde. Com a EC 86, os parlamentares ficaram obrigados a direcionar 50% do valor de suas emendas ao Orçamento para ações de saúde, com inclusão desses valores no cálculo mínimo dos recursos que a União deve destinar à saúde.

Ensino e pesquisa

No caso dos HUs, ainda era preciso deixar claro que as despesas feitas com verbas de emendas parlamentares poderiam ser igualmente

computadas no cálculo do gasto mínimo da União.

Valadares explica que, como os hospitais universitários têm atividades de ensino, pesquisa e extensão, além das de saúde, a lei não permite que os gastos sejam usados para fins de apuração do piso constitucional. Esse impedimento desestimula emendas parlamentares em favor dos hospitais, dentro da cota de 50% obrigatoriamente atrelada a ações de saúde. Tendo em vista a dificuldade financeira por que passam esses hospitais, Valadares entende que eles devem ter acesso aos recursos vinculados à saúde.

O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), considera "louvável" a medida. A seu ver, os HUs serão de fato beneficiados caso o projeto vire lei.

O texto seguirá para exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Comissão aprova recursos para agricultores atingidos pela seca

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou na quarta-feira a Medida Provisória (MP) 715/2016, que destinou R\$ 316,2 milhões para o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Os recursos serão usados para pagar parcelas do Benefício Garantia-Safra voltadas a 440 mil famílias de agricultores familiares da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nor-

deste (Sudene) atingidos pela seca no período 2014-2015.

A relatora, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), defendeu a MP. Ela avalia que a urgência de créditos suplementares em caso de quebra de safra justifica a medida e diz que a verba do Fundo Garantia-Safra prevista originariamente no Orçamento não foi suficiente.

A MP será avaliada pelos Plenários da Câmara e do Senado. (Da Agência Câmara)

Avança texto que incentiva a dessalinização da água do mar

Projeto que busca estimular ações para a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas no país foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira. A proposta, (PLS 259/2015), de Eunício Oliveira (PMDB-CE), inclui a previsão de incentivos com essa finalidade entre as diretrizes e os objetivos da política nacional de saneamento básico.

Ao justificar o projeto, o

senador sustenta que 97,5% da água existente no mundo é salgada e está nos oceanos. Ele acrescenta que, no semiárido, a água subterrânea disponível para muitas comunidades é salobra. Por isso, o projeto visa aumentar a oferta de água potável no país.

O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), deu parecer favorável. O texto segue agora para a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Para Elmano, falta de política hídrica gera pobreza

Em discurso sobre o Dia Mundial da Água, na semana passada, Elmano Férrer (PTB-PI) disse que a pobreza no Nordeste nada tem a ver com a adversidade climática, porque há exemplos no mundo de convivência exitosa com a seca.

Ele lamentou que a seca no Piauí ainda seja um flagelo. Isso se deve à falta de política hídrica ao longo de seguidos governos, reclamou.

Para o senador, isso pode mudar com emenda dele incluída no plano plurianual que destina R\$ 1 bilhão para a implantação da adutora no sertão do Piauí.



Cassol comemora aprovação da "pílula do câncer"

Ivo Cassol (PP-RO) comemorou a aprovação do PLC 3/2016, que autoriza pacientes com câncer a usarem a fosfoetanolamina sintética antes do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ele pediu à presidente Dilma que sancione a lei com urgência e criticou médicos que se manifestaram contra a aprovação da proposta:

— O câncer mutila as pessoas, tira a dignidade e o brio. Aí vejo alguns profissionais da saúde preocupados somente com o dinheiro de seus clientes e se posicionando contra o projeto.



Fotos: Marcelo Moura/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Medida que aumenta prazo de dívida rural pode alcançar todo o Nordeste

Texto original de proposta do governo vale apenas para agricultores do semiárido, mas comissão mista quer ampliar benefício a toda a região

TODOS OS AGRICULTORES inadimplentes do Nordeste poderão ser beneficiados pela Medida Provisória (MP) 707/2015, que dá prazo extra para quitação das dívidas.

O texto original da MP suspende até 31 de dezembro de 2016 o envio das operações de crédito em atraso para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial — para dívidas contraídas até 2006 e apenas para agricultores do semiárido. Mas o deputado Marx Beltrão (PMDB-AL), relator na comissão mista que faz a análise prévia da medida, quer ampliar o alcance da proposta.

— Se não fizermos com que todos sejam abrangidos, muitos ficarão prejudicados. A seca chegou em toda a região

— disse Beltrão na quarta-feira, durante audiência pública.

O presidente da comissão mista, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), e o senador José Pimentel (PT-CE), também defenderam a inclusão de mais municípios na área delimitada como semiárido nordestino. Com isso, ressaltaram, mais agricultores que enfrentam a seca serão beneficiados.

— Queremos abrir a discussão e apresentar uma contribuição ao governo federal no sentido de ampliar a abrangência da delimitação do território do semiárido brasileiro — disse Bezerra.

Como explicou o senador, para estar no semiárido o município deve atender à combinação de três critérios:

média anual de chuva de até 800 milímetros, índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico e risco de seca superior a 60%.

— A norma legal fala que esses três critérios sejam aplicados em conjunto. Uma recomendação é para que possam ser tomados de forma isolada, para municípios que estejam no Nordeste e que atendam a um desses critérios — explicou Bezerra.

Segundo o assessor especial do Ministério de Integração Nacional Irani Braga Ramos, está em estudo a revisão de critérios para delimitação da região semiárida e que serão levadas em conta as sugestões apresentadas pelo senador.

Ramos avaliou, no entanto, que a ampliação do conceito

de semiárido não é decisiva para solucionar os problemas do Nordeste.

— Não podemos depositar demais as expectativas na delimitação do semiárido, pois podemos ter instrumentos que podem ser melhores para aquilo que é transitório, que não é perene — disse.

Para o titular da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), João Paulo Lima e Silva, é preciso definir prioridades na aplicação de recursos.

— Precisamos garantir desenvolvimento com justiça e não polos de desenvolvimento concentrados nas regiões metropolitanas — ressaltou.

Confira o vídeo sobre a reunião: <http://bit.ly/videoMP707>

Donizeti é contra mudar exploração da camada pré-sal

Donizeti Nogueira (PT-TO) criticou na quarta-feira o PLS 131/2015, do senador José



Moreira Maniz/Agência Senado

Serra (PSDB-SP), que revoga a participação obrigatória da Petrobras na exploração de todos os campos de petróleo da camada do pré-sal. O texto, aprovado pelo Senado, foi enviado à Câmara.

O senador disse que abrir novos leilões sem a participação da Petrobras é entregar riquezas a empresas estrangeiras a preços muito baixos. Ele afirmou que a Petrobras atingiu níveis extraordinários de extração da camada do pré-sal.

Wellington quer compensação a estado exportador

Wellington Fagundes (PR-MT) comemorou na terça-feira a disposição do ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, de buscar recursos para libera-



Moreira Maniz/Agência Senado

ção do Fundo de Compensação das Exportações (Fex).

Ao chamar atenção para a crise dos estados, o senador ressaltou a importância do Fex, lembrando que Mato Grosso recebeu em 2015 a maior parte do R\$ 1,95 bilhão liberado para compensar os estados exportadores.

— Isso foi fundamental para que o governo do estado e as prefeituras pudessem fechar as contas.

Pinheiro: alongar débito de estados não é solução

Em discurso na terça-feira, Walter Pinheiro (PT-BA) expressou descontentamento com a possibilidade de a Câmara e o Senado aprovarem projeto que alonga em 20 anos o prazo de pagamento das dívidas dos estados com a União. Para ele, a proposta do governo (PLP 257/2016) não é solução.



Moreira Maniz/Agência Senado

— Não dá para aceitarmos que, mais uma vez, remendos sejam apresentados para tentar soluções. Essas coisas vão estourar. Chegou a hora de buscar soluções consequentes para um problema extremamente grave da nossa economia.



Pimentel (D) fala em debate que foi presidido por Bezerra (E) e contou com participação de Irani Ramos, da Integração Nacional, e João Paulo Lima e Silva, da Sudene

Audiência interativa hoje trata de ações de inclusão social em bancos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje, às 9h, debate sobre o processo de inclusão social em instituições bancárias. O evento será interativo, abrindo possibilidade para a participação popular com comentários e perguntas.

Uma das organizações convidadas, a Educafro abordará propostas como o plano de inclusão de afro-brasileiros em todos os níveis hierárquicos do Grupo Itaú e a qualificação técnica oferecida pela empresa para a capacitação profissional pós-contratação.

Outro tema da pauta é o Programa Febraban de Valorização da Diversidade, da Federação Brasileira dos

Bancos, que tem o objetivo de trazer a diversidade aos bancos e de promover a equidade e igualdade de oportunidades.

Para o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), a audiência é importante para ampliar os debates sobre inclusão racial e buscar mudanças concretas nesse sentido.

— Juntos, podemos mudar esse cenário de desigualdade que existe não só nas instituições bancárias, mas em todo o mercado de trabalho brasileiro — afirmou.

A audiência será realizada na sala 2 da ala senador Nilo Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a reunião e participar dela

Juristas concluem discussão sobre mudanças no Código Tributário

A Comissão da Desburocratização, integrada por juristas convidados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se hoje para finalizar a discussão sobre a reforma no Código Tributário Nacional. A reunião será às 14h, no Plenário 19 da Ala Alexandre Costa.

No último encontro do colegiado, no início de março, os juristas discutiram a revogação de um artigo do código que exige a apresentação da prova de quitação de todos os tributos para que seja concedida a recuperação judicial, processo que tem o objetivo de evitar a falência de uma empresa.

Para os integrantes da comissão, é um contrassenso exigir dos credores privados

a aceitação das condições especiais da recuperação e não fazer o mesmo com créditos tributários.

Também está na pauta da reunião desta segunda a discussão sobre o Estatuto Geral da Desburocratização e algumas alterações na Lei de Execução Fiscal (LEF).

Formada por 17 juristas, a comissão é presidida pelo ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os integrantes se dividem em cinco subcomissões, que, depois, apresentam propostas para votação no âmbito da comissão. O prazo para conclusão dos trabalhos é 11 de abril.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Senado aprova Instituição Fiscal Independente

Ao apresentar proposta, Comissão Diretora argumentou que o órgão, que dará consultoria aos parlamentares, vai aprimorar mecanismos de avaliação e controle da política fiscal

FOI APROVADO NA quarta-feira o projeto que cria no Senado a Instituição Fiscal Independente (IFI). O órgão prestará ampla consultoria econômica aos parlamentares.

De acordo com o PRS 61/2015, assinado pela Mesa do Senado, as funções desse novo órgão são divulgar as estimativas de parâmetros e variáveis relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários; analisar a aderência do desempenho de indicadores fiscais e orçamentários às metas definidas na legislação pertinente; mensurar o impacto de eventos fiscais relevantes, especialmente os decorrentes de decisões dos Poderes da República, incluindo os custos das políticas monetária, creditícia e cambial; e projetar a evolução de variáveis fiscais determinantes para o equilíbrio de longo prazo do setor público.



Senadores durante sessão em que aprovaram a Instituição Fiscal Independente, que monitorará ações fiscais do governo

Ao apresentar a proposta, a Comissão Diretora do Senado argumentou que a Instituição Fiscal Independente deverá aprimorar os mecanismos de avaliação e controle social da política fiscal. A ideia é atuar

“em favor da estabilidade macroeconômica que promova o crescimento econômico, com justiça social!”. Lembrou também que órgãos similares existem em parlamentos de outros países, tais como o

Escritório de Orçamento do Congresso Americano. Na Europa, essas instituições estão sendo implantadas para blindar a política fiscal.

A IFI não poderá regulamentar a política fiscal ou

mesmo julgar as contas dos governos. As atribuições estão direcionadas a diagnosticar a qualidade da política fiscal e dos programas governamentais, sobretudo quanto à relação entre os custos e os benefícios trazidos à coletividade, servindo também como órgão de apoio ao Parlamento e seus representantes.

A instituição será gerida por um Conselho Diretor de três membros — um indicado pelo presidente do Senado, outro pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e o terceiro pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Os indicados aos cargos devem ser brasileiros de reputação ilibada e com notório saber na área. Serão submetidos a arguição pública e aprovados pelo Senado. O PRS 61/2015 seguiu para promulgação.

Governo brasileiro terá novo embaixador na Costa Rica

O Plenário aprovou na quarta-feira a indicação do diplomata Fernando Jacques de Magalhães Pimenta para representar o Brasil na Costa Rica. A indicação do Planalto segue para promulgação.

O diplomata já havia sido sabatinado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Magalhães Pimenta — cuja indicação teve como relator Cristovam Buarque (PPS-DF) — defendeu maior presença de empresas brasileiras na Costa Rica, que tem demonstrado interesse em desenvolver setores como biocombustíveis e agroindústria. Ele informou que nos últimos anos a Costa Rica transformou-se em país exportador de produ-

tos industriais de alto valor agregado.

Os parlamentares ressaltaram a tradição pacifista do país centro-americano, assim como o desenvolvimento educacional, a solidez de sua democracia e o crescimento econômico.

Perfil

Magalhães Pimenta nasceu no Rio de Janeiro, em 1952. Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tornou-se Mestre em Ciência Política pela Universidade George Washington (EUA). Ingressou no Itamaraty em 1974. Foi promovido a ministro de Primeira Classe em 2006, sempre por merecimento.

Frente Parlamentar em Apoio à Sudam segue para promulgação

O PRS 49/2015, que cria a Frente Parlamentar em Apoio à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), foi aprovado na quarta-feira. O projeto de resolução segue para promulgação.

Entre as finalidades da frente, está a promoção de debates no Congresso, com a participação da sociedade, para aprimoramento da legislação federal de forma a ampliar e facilitar a atuação da Sudam e a de acompanhar as políticas públicas, projetos e programas na área de atuação da superintendência, visando

ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

Autor da proposta, Davi Alcolumbre (DEM-AP) observa que a área de atuação da Sudam corresponde a 61% do território nacional e abrange os oito estados da Região Norte, além do Mato Grosso e, parcialmente, o Maranhão, que formam a Amazônia Legal. Segundo ele, o desafio da Sudam é “promover o progresso de uma região que apresenta enormes diferenças em termos de desenvolvimento econômico e social quando comparada com as demais”.

Comissão aceita indicações para diretoria da Anac

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou na quarta-feira três indicações para a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Seguem agora para análise do Plenário os nomes do economista Juliano Alcântara Noman, do tenente-brigadeiro do ar Hélio Paes de Barros Júnior e do advogado e administrador de empresas Ricardo Sérgio Maia Bezerra. Todos receberam 20 votos favoráveis e 1 contrário.

Os dois primeiros foram indicados pela presidente Dilma Rousseff para ocupar os cargos dos diretores que deixaram a Anac na semana passada — respectivamente, o diretor-presidente Marcelo Guarany e o diretor Cláudio Passos. Já Ricardo Sérgio Maia Bezerra está sendo reconduzido após um ano afastado do cargo. As indicações visam recompor a diretoria da agência para impedir que processos fiquem sem análise.

— Passamos períodos bastante delicados no passado por ausência de indicações para a diretoria da Anac. Desta vez, o governo está agindo com mais velocidade — observou Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Na sabatina, eles falaram sobre ampliação da aviação regional, autorização para que uma pessoa transfira uma passagem aérea para outra e o fim da franquia de bagagem despachada nos voos domésticos. O último assunto é objeto de consulta pública feita pela agência.

Sobre a aviação regional, Noman afirmou que trabalhará



Garibaldi (2º à esq.), presidente da comissão, entre os diretores indicados

em uma regulamentação que estimule a criação de novas rotas aéreas:

— Acho que é de suma importância levar para o interior do país o mesmo desenvolvimento que os grandes centros observaram na aviação civil.

Bagagem

A proposta da Anac de acabar, gradualmente, com a franquia de bagagem despachada nos voos domésticos, o que fará com que o viajante tenha que pagar por volumes com peso superior a 10 kg, foi tema de questionamentos de vários senadores como Ricardo Ferraço, Raimundo Lira (PMDB-PB), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Outros parlamentares, como Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), perguntaram como funcionará o aumento da participação do capital estrangeiro nas empresas, prevista na Medida Provisória (MP) 714/2016. A intenção do Executivo é atrair novos investidores para a aviação comercial e

até frear a elevação dos preços das passagens aéreas.

As mudanças podem abrir espaço para a entrada de companhias com modelo de operação *low cost* (baixo custo) como as que funcionam na Europa. Elas praticam uma política de preços bastante agressiva, mas cobram por serviço extra, como o despacho de bagagens.

Para Ricardo Bezerra, “não se faz empresa de *low cost* simplesmente tirando a franquia de bagagem”.

— Temos que ter empresas de *low cost*, mas com legislação específica — avaliou.

Os três indicados enfatizaram também que a Anac tem como preocupação principal garantir a segurança dos voos.

— Cabe à Anac, em primeiro plano, zelar pela segurança de voo, garantindo que todos os recursos humanos, máquinas e infraestruturas do sistema estejam conforme as regras estabelecidas pelos organismos nacionais e internacionais — destacou Hélio Paes de Barros Júnior.